

A política pública em eficiência energética na transição brasileira de baixo carbono

Karinne Benassuly de Melo, UFRN, karinbenassuly@hotmail.com

Prof. Dr. Yanko Marcus de Alencar Xavier, UFRN, yanko.xavier@gmail.com (Orientador)

INTRODUÇÃO

A descarbonização da política energética é guiada por uma agenda internacional para alinhar estratégias públicas e privadas para a transformação dos sistemas energéticos e reduzir as emissões decorrentes do uso de energia. O trabalho discute como a política em eficiência energética pode contribuir para a descarbonização do setor elétrico brasileiro e alcançar as metas pretendidas de redução de emissões.

OBJETIVOS

- Relacionar segurança energética e a descarbonização do setor energético;
- Definir aspectos regulatórios da política nacional em eficiência energética;
- Analisar o desempenho brasileiro para alcançar os compromissos internacionais para a mudança do clima.

METODOLOGIA

Pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Utilização de pesquisa documental e bibliográfica, e consulta a relatórios em eficiência energética elaborados por instituições nacionais e estrangeiras.

RESULTADOS

Segurança energética	EE como fator da autossuficiência energética de um país, a partir de ganhos estruturais em eficiência a partir de mudanças significativas na utilização e consumo de energia. Para alcançar as metas do compromisso internacional para a mudança climática, o gerenciamento do setor energético se tornou essencial na redução da intensidade de carbono dos países.
Quadro regulatório em EE	<ul style="list-style-type: none">- Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei n. 10.295/2001);- Política Energética Nacional (Lei n. 9.478/1997);- Decreto n. 9.864/2019;- Programas CONSERVE, PBE, PROCEL, CONPET;- Plano Nacional de Eficiência Energética, PNE 2050, PDE 2032.
Desempenho em eficiência e descarbonização	Brasil no 19º lugar em eficiência energética de 25 países (ACEEE 2022); as ações em eficiência energética como resposta a uma situação emergencial de crise de racionamento, e falta de planejamento estruturado a longo prazo; defasagem nos setores de transportes, de edificações e industrial, com aumento na demanda por energia e intensidade energética a nível nacional.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o Brasil tem pontos a seu favor, como a utilização ampla de energias renováveis em sua matriz energética e desenvolveu uma política pública em eficiência energética com foco na redução do consumo energético no lado da demanda. No entanto, em comparação internacional, a estrutura regulatória brasileira para eficiência energética possui alcance limitado e opera em uma abordagem defasada, com lacunas de atuação em determinados setores.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Juliano; SCHUTZE, Amanda. Panorama da eficiência energética no Brasil. 2017.
- BAJAY, Sérgio et al. *Geração distribuída e eficiência energética: reflexões para o setor elétrico de hoje e do futuro*. IEI Brasil: Campinas, 2018.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Atlas da Eficiência Energética 2022*. 2022.
- HOLLANDA, Jayme Buarque de; ERBER, Pietro. *Energy efficiency in Brazil*. 2010.
- LOSEKANN, Luciano; TAVARES, Felipe Botelho. Política energética no BRICS: Desafios da transição energética. In: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Texto para Discussão, 2019.
- SUBRAMANIAN, Sagarika et al. The American Council for an Energy Efficient Economy 2022 International Energy Efficiency Scorecard. 2022.